



Observatório das Desigualdades - Estudos

**Crescimento económico, desenvolvimento humano e desigualdades sociais:
análise comparada entre a América Latina e o Sul e Este Asiático**

João Paulo Henriques

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL

<http://observatorio-das-desigualdades.com/>

Crescimento económico, desenvolvimento humano e desigualdades sociais: análise comparada entre a América Latina e o Sul e Este Asiático

João Paulo Henriques¹,
CIES-IUL, ISCTE-IUL

A América Latina (AL) e o Sul e Este Asiático (SEAS) têm economias em forte crescimento, incluindo alguns dos principais países emergentes. Numa fase em que alguns dos seus países ambicionam aproximar-se do patamar de desenvolvimento, e não só de crescimento, quais as tendências dos indicadores socio-económicos nas duas regiões? E se analisarmos internamente os maiores países em cada região, ou seja, nas províncias da China e nos estados da Índia e do Brasil, que leitura teremos dos mesmos indicadores? E que influência terá esta mudança de escala e de perspectiva na nossa percepção das desigualdades?

Wilkinson e Pickett (2009) demonstraram que nos países desenvolvidos com rendimentos médios *per capita* superiores a 20 mil dólares anuais o aumento da esperança média de vida, e de medidas de bem-estar, estão significativamente, e inversamente, relacionadas com as desigualdades internas de rendimentos dentro desses países. Logo, o objetivo deste estudo é averiguar a solidez das conquistas do crescimento económico, entendida como a capacidade em proporcionar às populações a garantia de desenvolvimento humano nas vertentes de rendimentos, pobreza, saúde e educação nos países em desenvolvimento da América Latina (AL) e do Sul e Este Asiático (SEAS), articulando a sua análise com a evolução das desigualdades internas nos países em estudo. São comparados indicadores e medidas de desigualdades intra e inter-regionais e internas aos maiores países (China, Índia e Brasil), cobrindo diferentes escalas de análise, e perspectivas, no estudo das desigualdades sociais no contexto global atual. Os processos de desigualdades e os fatores explicativos a qualquer das escalas não serão abordados. Os critérios definidos consideram a análise de indicadores de desigualdades vitais (taxa de

¹ Mestrando de Sociologia no ISCTE-IUL e assistente de investigação no CIES-IUL no âmbito do projeto científico europeu Força de Trabalho Sustentável.

mortalidade infantil e esperança de vida à nascença) e de recursos (PIB, RNB², taxas de pobreza e literacia) e a análise de medidas de desigualdade: coeficiente de Gini, rácios de rendimentos e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas.

Na região da AL incluem-se todos os países exceto as ilhas, o Belize, a Guiana e o Suriname (população < 1 milhão) e na região do SEAS incluem-se Bangladesh, Nepal, Índia, Sri Lanka, China, Indonésia, Camboja, Laos, Malásia, Filipinas, Tailândia e Vietnam.

1 Desigualdades sociais na América Latina e no Sul e Este Asiático

Começamos pelas desigualdades de recursos económicos. Assim, para situar os rendimentos nacionais toma-se por referência a média do RNB (*per capita*, PPC) dos países da OCDE³ em 2013, o que equivale a 100%. De acordo com este critério, os rendimentos relativos, máximos e mínimos, eram de 59% na Argentina, de 11% nas Honduras, de 59% na Malásia e de 6% no Nepal. O rácio entre o melhor e o pior país em cada região era de 5,2 na AL e de 9,9 no SEAS. Comparando, agora, o rácio dos segundos melhores países, em cada região, o Chile e a Tailândia, com os piores países, o valor dos rácios é de 4,9 e de 6,0, respetivamente. Calculando os rácios de todos os países com o pior país, em cada região, concluiu-se que a média dos respetivos rácios é de 3,0 na AL e de 3,6 no SEAS. Mas o rendimento na Tailândia era 36% do valor da OCDE, no Chile 55%, no Uruguai 50% e no Panamá 51%. Logo, como primeira conclusão, a diferença intra-regional no SEAS é maior do que na AL, apesar de esta última ter, em média, rendimentos superiores. Por outro lado, no SEAS, o Sri Lanka já é o quarto país, a seguir à China, e na AL o Brasil é apenas oitavo. Assim, como segunda conclusão, apesar de o Brasil, o México, a China, a Índia e a Indonésia serem os países mais populosos em cada região, e grandes economias mundiais, existem outros países em crescimento igualmente importantes: Chile, Malásia, Tailândia, Uruguai, Panamá (com 17, 30, 68, 3.5 e 4 milhões de habitantes, respetivamente).

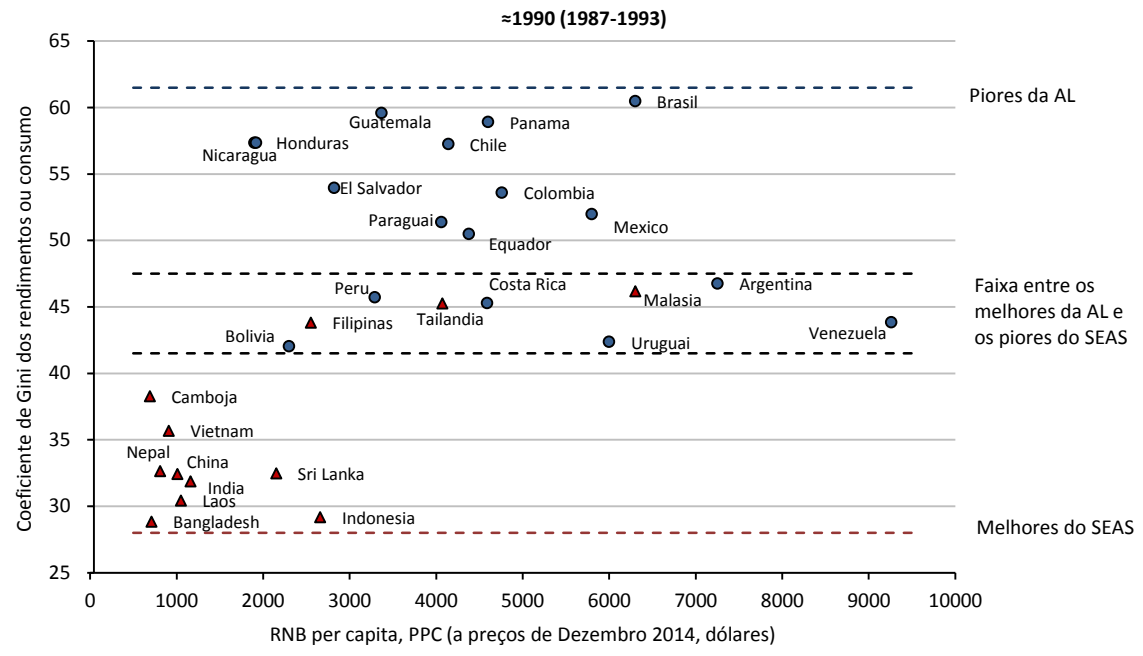
² PIB – Produto Interno Bruto, RNB – Rendimento Nacional Bruto

³ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

Analisemos agora os indicadores de pobreza que poderão evidenciar novas conclusões. Em 2010/12, a média da população a viver abaixo dos 2 dólares/dia era na AL de 8% e no SEAS de 39%. Na AL, além das Honduras e da Guatemala (29%), apenas a Bolívia e a Venezuela excediam os 10%. Inversamente, no SEAS só a Malásia (2,3%) e a Tailândia (3,5%) ficavam abaixo dos 10%. O Bangladesh era o pior (76%), seguindo-se a Índia e o Laos ($\approx 60\%$). Mas se a linha dos 2 dólares/dia é benéfica à AL, por ter rendimentos superiores, é essencial analisar as linhas de pobreza nacionais, oferecendo assim um prisma das condições de vida internas, e deixando de lado o contexto global. Assim, o Brasil era o único da AL abaixo dos 10%. O México subiu para 52%, a Colômbia para 33% e os piores, Guatemala e Honduras, para mais de 50%. No SEAS, o Bangladesh ainda é o pior mas desce para 31%, a Índia para 22% e o Sri Lanka para 7%. Pelo contrário, a Tailândia sobe para 13,2%. Portanto, o nível de pobreza a linhas nacionais é maior na AL (27,6%) do que no SEAS (18,5%). Concluiu-se que, no contexto global internacional, as populações dos países asiáticos são mais pobres mas que, no contexto das condições nacionais, a pobreza é maior na América Latina. Desta inversão, questiona-se: como serão, então, distribuídos internamente os rendimentos nacionais?

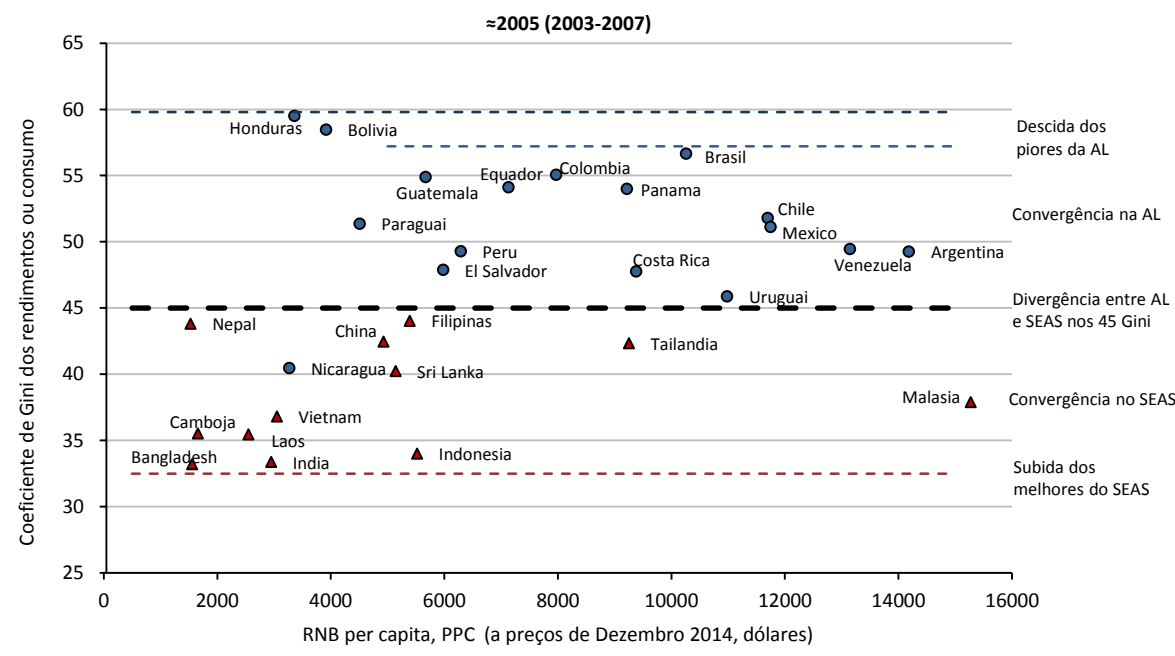
Por volta de 1990, o coeficiente de Gini situava-se, na AL, entre os 42 na Bolívia e no Uruguai e os 60 no Brasil e na Guatemala, e no SEAS entre os 29 no Bangladesh e na Indonésia e os 45/46 na Tailândia e na Malásia. Entre 1990 e 2005, em ambas as regiões, os piores países melhoraram e os melhores países pioraram criando uma divisão inter-regional pelo valor 45 de Gini (excluindo a Nicarágua). No último período, de 2005 a 2012, o valor de todos os países da AL baixou (excluindo a Nicarágua). O menor valor era de 41,3 no Uruguai, e o maior de 57,4 nas Honduras. No SEAS o valor, em geral, aumentou, observando-se uma estabilidade/ligeira descida na China e uma constante descida na Tailândia desde os anos 80, e no Bangladesh e Camboja desde os anos 90. Logo, os melhores da AL quase sempre estiveram ao nível dos piores do SEAS, ver Figura 1 a Figura 3.

Figura 1. Coeficiente de Gini dos rendimentos, ou do consumo, e o RNB *per capita* nos países da América Latina e do Sul e Este Asiático em 1990



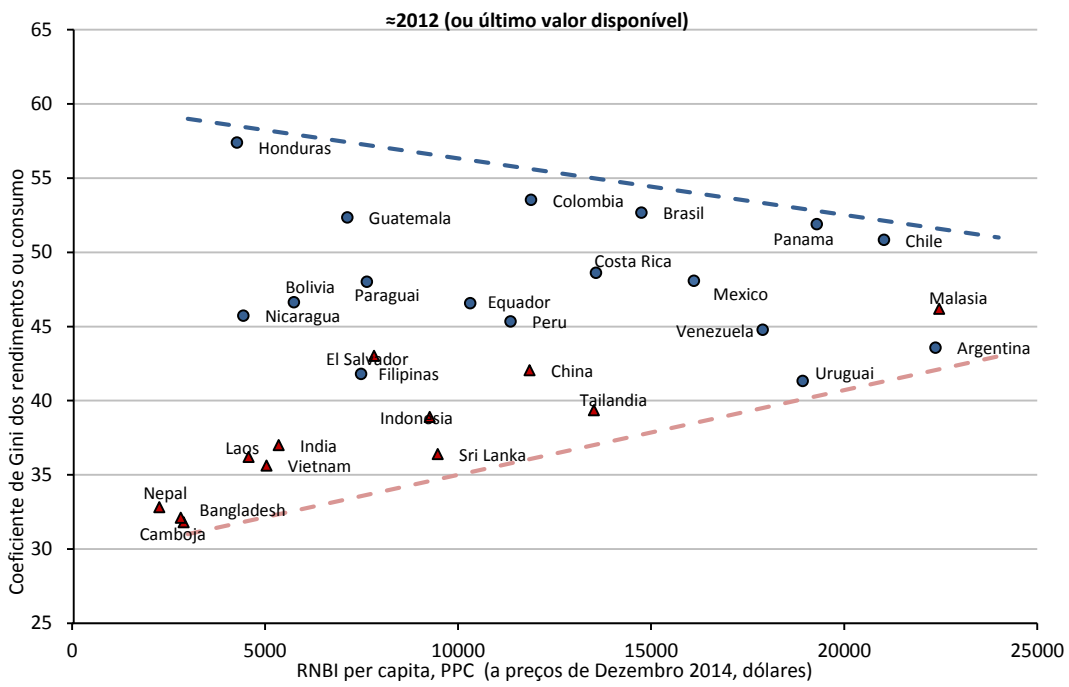
Fonte : Produção própria. Dados obtidos do sítio electrónico do Banco Mundial, acedido em Novembro de 2014 para coeficiente de Gini e em Dezembro de 2014 para RNB.

Figura 2. Coeficiente de Gini dos rendimentos, ou do consumo, e o RNB *per capita* nos países da América Latina e do Sul e Este Asiático em 2005



Fonte : Produção própria. Dados obtidos do sítio electrónico do Banco Mundial, acedido em Novembro de 2014 para coeficiente de Gini e em Dezembro de 2014 para RNB.

Figura 3. Coeficiente de Gini dos rendimentos, ou do consumo, e o RNB *per capita* nos países da América Latina e do Sul e Este Asiático em 2010/12

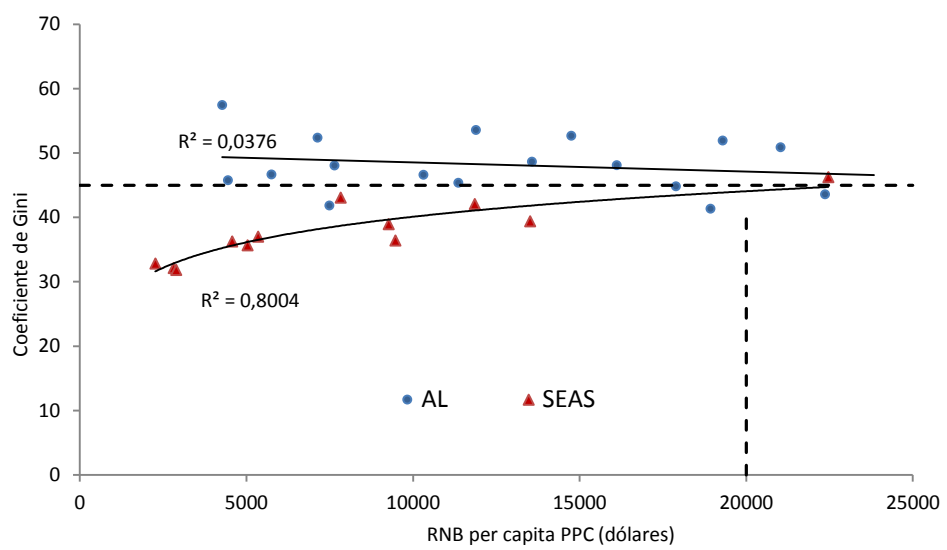


Fonte : Produção própria. Dados obtidos do sítio electrónico do Banco Mundial, acedido em Novembro de 2014 para coeficiente de Gini e em Dezembro de 2014 para RNB. Últimos valores do coeficiente de Gini para a Índia (2010) e Indonésia (2011) obtidos do *Asian Development Bank* (2012).

A Figura 4, demonstra a tendência convergente em torno do valor 45 de Gini para os países das duas regiões à medida que aumentam os rendimentos *per capita*. Essa tendência parece, também, reforçar-se em torno da barreira dos rendimentos de cerca de 20 mil dólares anuais. Coloca-se, assim, a questão se os 20 mil dólares anuais também serão uma importante barreira para as tendências do coeficiente de Gini nestas duas regiões?

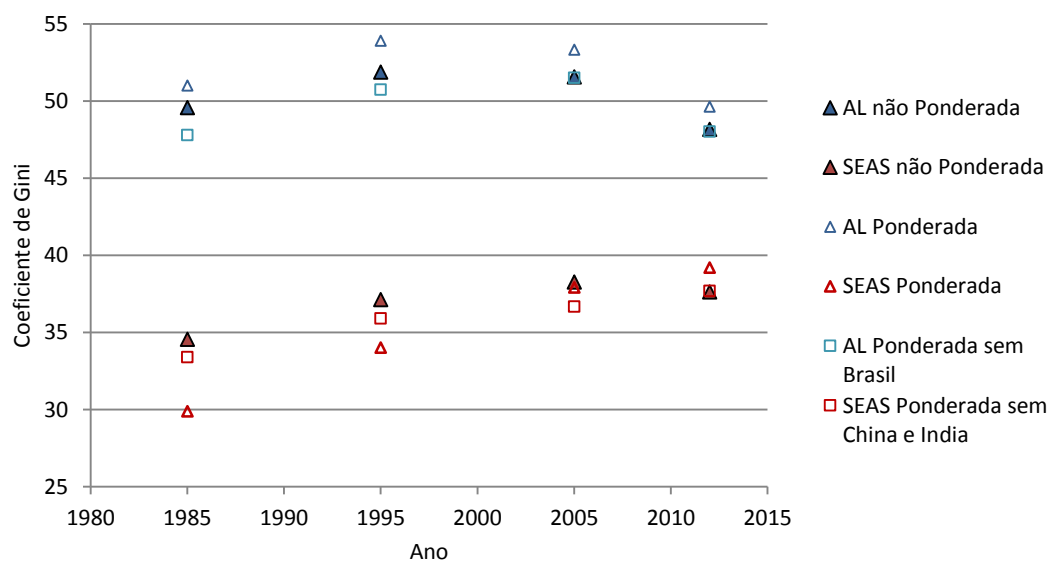
Em meados dos anos 80, ver Figura 5, a diferença inter-regional era de 21 pontos de Gini, com ponderação da população, e de 15 pontos sem ponderação.

Figura 4. Relação entre o coeficiente de Gini dos rendimentos, ou do consumo, e o RNB *per capita* nos países da América Latina e do Sul e Este Asiático em 2010/12



Fonte : Produção própria. Dados obtidos do sítio electrónico do Banco Mundial, acedido em Novembro de 2014 para coeficiente de Gini e em Dezembro de 2014 para RNB. Últimos valores do coeficiente de Gini para a Índia (2010) e Indonésia (2011) obtidos do *Asian Development Bank* (2012).

Figura 5. Evolução do coeficiente de Gini da distribuição dos rendimentos, ou consumo, na América Latina e Sul e Este Asiático entre meados de 1980 e 2010/12

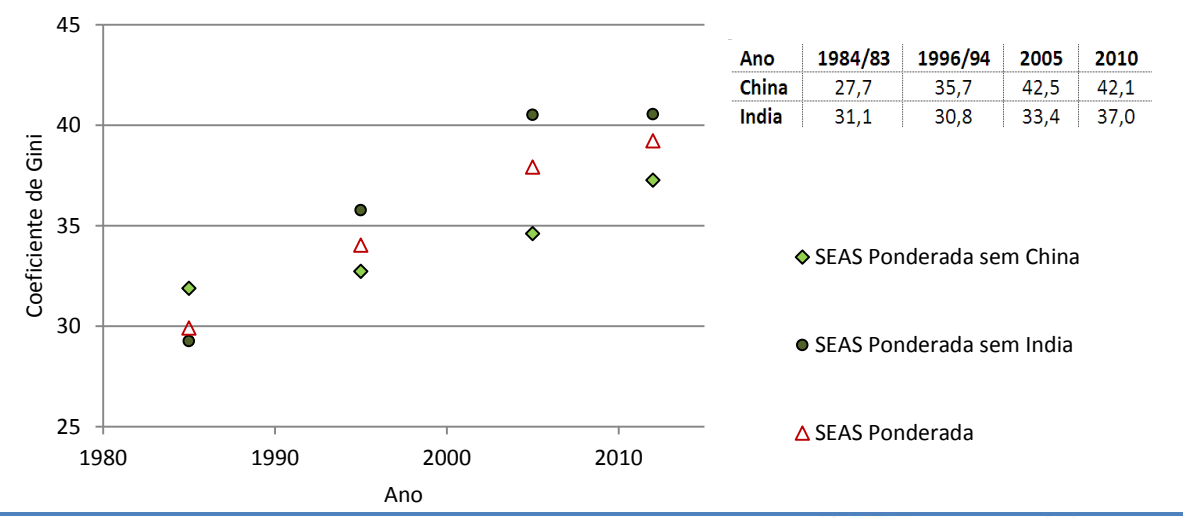


Fonte : Produção própria. Dados obtidos do sítio electrónico do Banco Mundial acedido em Novembro de 2014. Valores para a Índia (2010) e Indonésia (2011) obtidos de ADB (2012);

Nota: Valores calculados para os anos 1985, 1995, 2005 ou, quando valor inexistente, usado o ano mais próximo. Para 2012 usado o último valor disponível. Para 1985 não entraram em cálculo a Bolívia, Colômbia, Nicarágua, Camboja, Laos e Vietnam.

Especificamente no caso do SEAS, apesar de as desigualdades na Índia e na China terem vindo a aumentar, é devido ao contrapeso da Índia que nesta região o valor ponderado não subiu acima dos 40, como ilustrado na Figura 6.

Figura 6. Evolução, ponderada, do coeficiente de Gini da distribuição dos rendimentos, ou consumo, no Sul e Este Asiático entre meados de 1980 e 2010/12



Fonte : Produção própria..Dados obtidos do sítio electrónico do Banco Mundial acedido em Novembro de 2014. Valores para a Índia (2010) e Indonésia (2011) obtidos de ADB (2012);

Nota: Valores calculados para os anos 1985, 1995, 2005 ou, quando valor inexistente, usado o ano mais próximo. Para 2012 usado o último valor disponível. Para 1985 não entraram em cálculo o Camboja, Laos e Vietnam.

Se analisarmos os rendimentos por quintil, entre 2000 e 2012, os *share* médios do 5º e 1º quintil, na AL, passaram de 58% para 53% e de 3,2% para 4%, enquanto no SEAS os mesmos quintis mantiveram-se estáveis nos 45% e 7%, respetivamente. Entre 1990 e 2008, o rácio S80/S20 aumentou na China de 5,1 para 9,6 e, em sentido inverso, entre 1990 e 2011/12, o rácio S90/S10 evoluiu de 17,8 para 10,3 no Brasil, e de 9,5 para 8,3 no México. Assim, parte das desigualdades no SEAS poderão estar a crescer devido ao aumento dos rendimentos de topo, e, inversamente, a decrescer na AL. De seguida, estudam-se os indicadores de recursos educativos e os de desigualdades vitais que se correlacionam, normalmente, com os indicadores de rendimentos.

Relativamente aos recursos educativos, em 2013, as taxas de literacia (>15 anos) superavam os 90% em quase todos os países, à exceção da Guatemala (78%), Honduras

(85%), El Salvador (86%), Nepal (58%), Bangladesh (59%), Camboja (75%) e Índia (70%)⁴. Mas na taxa de ensino secundário completo (>25 anos) a proximidade entre as regiões era maior: em média, 50% na AL e 44% no SEAS. O Chile e o Sri Lanka excediam os 70%, seguindo-se a Malásia, China, Vietnam, Filipinas, Panamá e Peru acima dos 60%, e México, Argentina, Brasil e Uruguai entre os 50 e 60%. A Indonésia estava abaixo dos 50% e a Tailândia e a Índia abaixo dos 40%, pelo que não se pode estabelecer uma correspondência entre a posição dos países neste indicador e a posição nos indicadores de rendimentos.

Analisando as desigualdades vitais, concretamente na saúde, a mortalidade infantil à idade de 1 ano (/1000 nascimentos) e a esperança de vida à nascença, tendem, desde 1970, para, na AL, em média, estarem avançadas cerca de 10 anos comparativamente com as do SEAS. Por exemplo, entre 2003 e 2013, a taxa de mortalidade infantil média (/1000 nascimentos) evoluiu de 24 para 17 na AL, e de 37 para 24 no SEAS. Em 2013, apenas o Chile, Uruguai, Costa Rica, Malásia e Sri Lanka estavam abaixo de 10. Laos era o pior com 54, a Índia tinha 41 e o Bangladesh, Nepal e Bolívia superavam os 30. A média dos países da OCDE era de 6,5 em 2013, de 15 em 1993 e de 30 em 1977. Quanto à esperança de vida à nascença, em 2012, a Bolívia, Índia, Laos, Nepal e Filipinas estavam abaixo dos 70 anos. A Costa Rica e o Chile, perto dos 80, lideravam na AL, e o Vietnam e a China (≈75 anos) no SEAS. A média dos países da OCDE era de 80 anos em 2012, de 75 em 1992 e de 70 anos em 1972. Logo, os piores países têm até, pelo menos, 30/40 anos de atraso, relativamente à média da OCDE, nestes indicadores.

Em suma, os países mais consistentes em termos de desenvolvimento nas vertentes analisadas são o Chile e a Malásia, mas também o Sri Lanka e a Argentina.

2 Desigualdades internas na China

Sendo a China a segunda economia mundial, optou-se por explorar as desigualdades de recursos económicos⁵. Em 2013, o PIB *per capita* da China era equivalente a 18% do valor médio dos países da OCDE, estando, portanto, ao nível do Peru. O valor das três

⁴ Dados de literacia da Índia relativos aos Censos de 2011, para pessoas com mais de 7 anos.

⁵ Não se inclui as Províncias de Administração Especial: Hong Kong, Macau e Taiwan.

idades-província (Pequim, Xangai e Tianjin) era superior a 40% (\approx Uruguai, Chile e Argentina), o das províncias do litoral (excluindo Heilongjiang) e Mongólia Interior superavam os 25% (\approx Brasil e México) e o das piores províncias era 10-11% (\approx Paraguai e El Salvador). Concluiu-se que, a nível de PIB *per capita*, as melhores províncias chinesas estão ao nível dos melhores países da AL e as piores províncias ao nível “dos melhores” dos piores. Deslocando a análise de uma comparação no contexto global mundial para uma comparação interna na China, o Quadro 1 demonstra a evolução dos rácios do PIB *per capita* das melhores e piores províncias em relação à média do PIB *per capita* nacional entre 1993, 2006 e 2013.

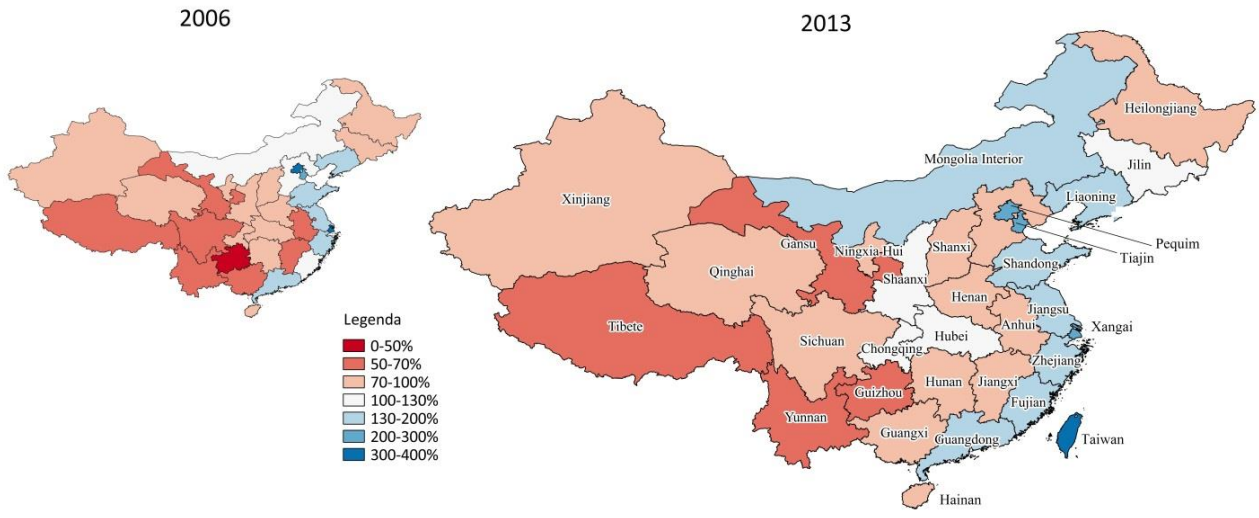
Quadro 1. Evolução do PIB *per capita* de algumas províncias chinesas em relação ao PIB *per capita* nacional

	Província	1993	2006	2013
Cidades-província	Tianjin	1,93	2,55	2,38
	Xangai	3.69	3.32	2.15
	Pequim	2.67	3.13	2.22
Províncias do litoral	Shandong	1,07	1,43	1,34
	Jiangsu	1,44	1,73	1,78
	Zhejiang	1,49	1,89	1,63
	Fujian	1,19	1,28	1,38
	Guangdong	1,70	1,73	1,40
Províncias do interior	Liaoning	1,67	1,33	1,47
	Guizhou	0,41	0,38	0,55
	Yunnan	0,68	0,55	0,60
	Gansu	0,53	0,54	0,58

Fonte: Cálculo próprio. Dados do PIB obtidos do sítio eletrónico do *National Bureau of Statistics of China*, acedido em Dezembro de 2014: <http://data.stats.gov.cn/>

Entre 1993 e 2006 confirma-se a análise de Milanovic (2012b: 82-85) de descida das piores províncias (no interior) e subida das melhores (no litoral, excluindo Liaoning), mas entre 2006 e 2013 a tendência alterou-se, incluindo as cidades-província. Este facto poderá explicar parte da estabilização/ligeira descida do coeficiente de Gini na China. Em 2013, assinala-se a ascensão de três províncias não litorais acima da média nacional, particularmente, Hubei, Chongqing e Shaanxi, ver Figura 7.

Figura 7. PIB per capita das províncias da China em percentagem da média nacional, 2006 e 2013



Fonte: Cálculo e produção próprios. Dados do PIB obtidos do sítio electrónico do *National Bureau of Statistics of China*, acedido em Dezembro de 2014: <http://data.stats.gov.cn/>

De forma a conceber uma visão um pouco mais alargada do panorama social da China analisaram-se, muito sucintamente, três outros indicadores. Assim, a população rural é maior nas províncias do interior: 76% no Tibete e 60% em Guizhou, Yunnan e Gansu, enquanto nas províncias do litoral os valores variam entre 30% a 45%. A esperança média de vida à nascença, em 2010, em Yunnan, Tibete e Qinghai era inferior a 70 anos. Xangai e Pequim já superavam os 80 anos e a melhor província era Zheijiang com 77,7 anos, registando-se um hiato provincial de cerca de 11 anos na esperança média de vida à nascença. Na educação, Liaoning tinha a maior média de anos de estudo, 9,8, a seguir às cidades (10-11 anos), e o Tibete registava a menor média com 4,8 anos.

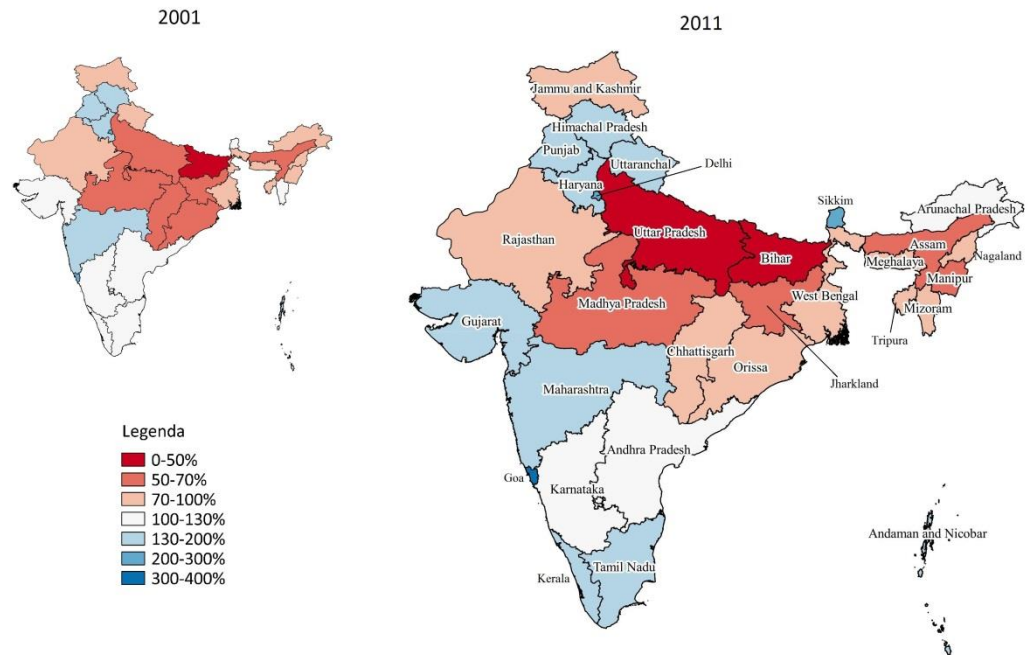
3 Desigualdades internas na Índia

Dos países estudados a Índia tem dos menores níveis de literacia e a maior desigualdade no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de género (Feminino-0,52, Masculino-0,63), optando-se por intersectar a literacia e o género. Considerando a população com idade superior a 7 anos, em 2011, 18% dos homens e 35% das mulheres eram analfabetos. Para ambos os sexos, Kerala, no sul, era o melhor estado em literacia, com uma taxa superior a 90%. Rajasthan, no norte, era o pior Estado para as mulheres

com um valor de 52,6% e também possuía o maior hiato entre sexos, 28 pontos percentuais. Bihar, também no norte, era o pior estado para os homens com um valor de 73,4%, e possuía, igualmente, a pior média total, 63%.

Reproduzindo, agora, o mesmo exercício elaborado para a China, em 2011, 57% da população vivia em estados com PIB *per capita* inferior ao nacional, mas dos 32 estados da Índia, 14 tinham um valor superior a 130% da média nacional e 6 um valor inferior a 70%. Esta amplitude (0,34-3,56)⁶ é superior às inter-estaduais na China e no Brasil e, uma vez que o coeficiente de Gini é inferior ao do Brasil e da China, as desigualdades poderão ter aumentado mais por efeito entre estados do que por efeito dos rendimentos internos estaduais. De facto, entre 2001 e 2011, dos estados mais ricos, 13 aumentaram o rácio. O melhor, Goa, passou de 2,58 para 3,56, e dos 8 estados mais pobres 6 desceram, ver Figura 8. De 1973 a 2010, o coeficiente de Gini aumentou nas zonas urbanas de 0,30 para 0,37 e o rural manteve-se perto dos 0,30.

Figura 8. PIB *per capita* dos estados da Índia em percentagem da média nacional, 2001 e 2011



Fonte : Cálculo e produção próprios. Dados do PIB obtidos do sítio electrónico da *The Planning Commission of India*, acedido em Novembro de 2014: <http://www.data.gov.in>

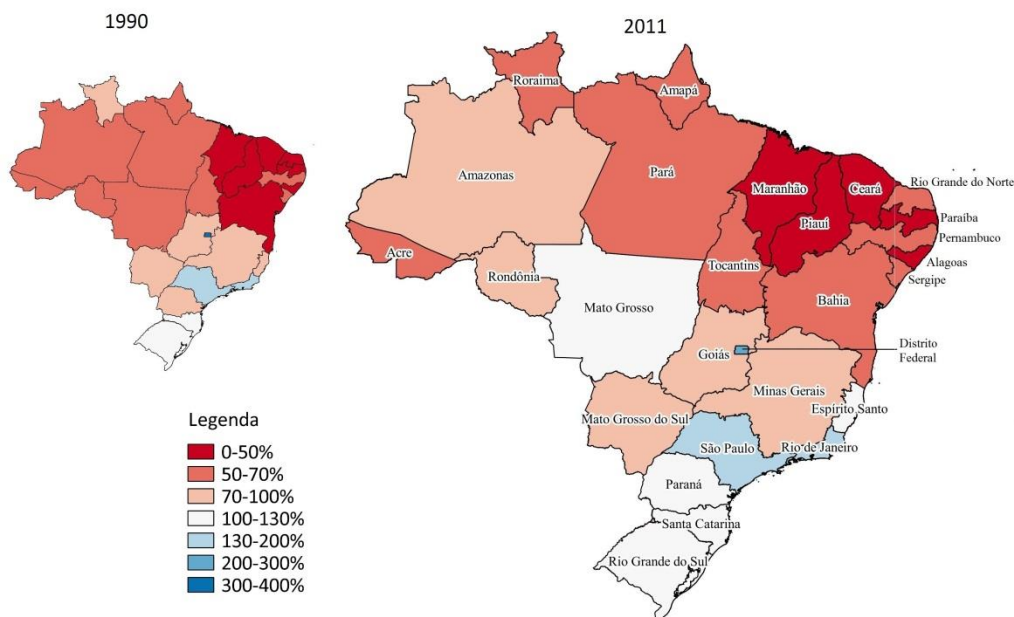
⁶ Excluindo Goa, Sikkim (população < 1,5 milhões) e os "Union States" a amplitude é de 0,34-1,62.

Analisando outros dois indicadores, a maior população rural⁷, 90%, situava-se em Himachal Pradesh, no norte, e a menor em Goa, 38%, quando o valor médio nacional era cerca de 70%. O hiato da esperança média de vida à nascença era de 12 anos, em 2010, com 74,2 anos em Kerala (e único estado com valor superior a 70 anos), e 61,9 em Assam.

4 Desigualdades internas no Brasil

No Brasil, os rácios do PIB *per capita* estaduais com o nacional diminuíram de amplitude. Em 1990 situavam-se entre 0,30 e 1,66 e em 2011 entre 0,36 e 1,51 (excluindo o Estado Federal com 2,93, em 2011). Os melhores estados estão no Sul e Sudeste e são São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, e os piores estados no Nordeste e são Piauí, Maranhão, Alagoas e Paraíba, ver Figura 9. O maior coeficiente de Gini é no Distrito Federal, 57,8, e o menor em Santa Catarina, 43,5, pelo que, ao contrário da Índia, as desigualdades no Brasil poderão dever-se mais a discrepâncias nos rendimentos internos estaduais do que entre estados.

Figura 9. PIB *per capita* dos estados do Brasil em percentagem da média nacional, 1990 e 2011



Fonte : Cálculo e produção próprios. Dados do PIB obtidos do sítio electrónico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasil, acessado em Dezembro de 2014: <http://www.ipeadata.gov.br/>

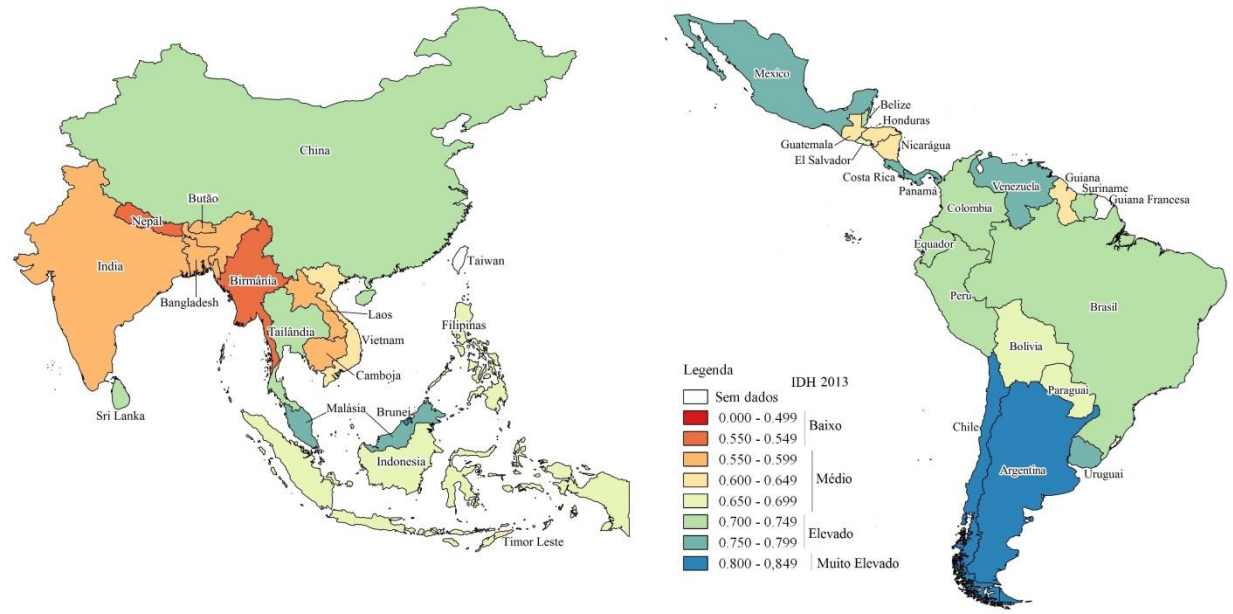
⁷ Excluindo os "Union States": Delhi, Chandigarh, Puducherry e Andaman & Nicobar Islands.

Em 2012, o hiato estadual da esperança média de vida à nascença era de 8 anos, com 69,4 anos no Maranhão, e 77,7 em Santa Catarina. Em 2009, o número médio de anos de estudo era de 8,2 no Sudeste e de 6,3 no Nordeste.

5 Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas

Finalizamos a nossa análise apresentando o mapeamento do IDH das Nações Unidas, pois é uma boa medida para compreensão: 1) do desenvolvimento dos países; 2) do contexto intra-regional; 3) do contexto entre regiões e; 4) das desigualdades internas na China, na Índia e no Brasil. A Figura 10, apresenta o IDH por país.

Figura 10. Índice de Desenvolvimento Humano no Sul e Este Asiático e na América Latina em 2013

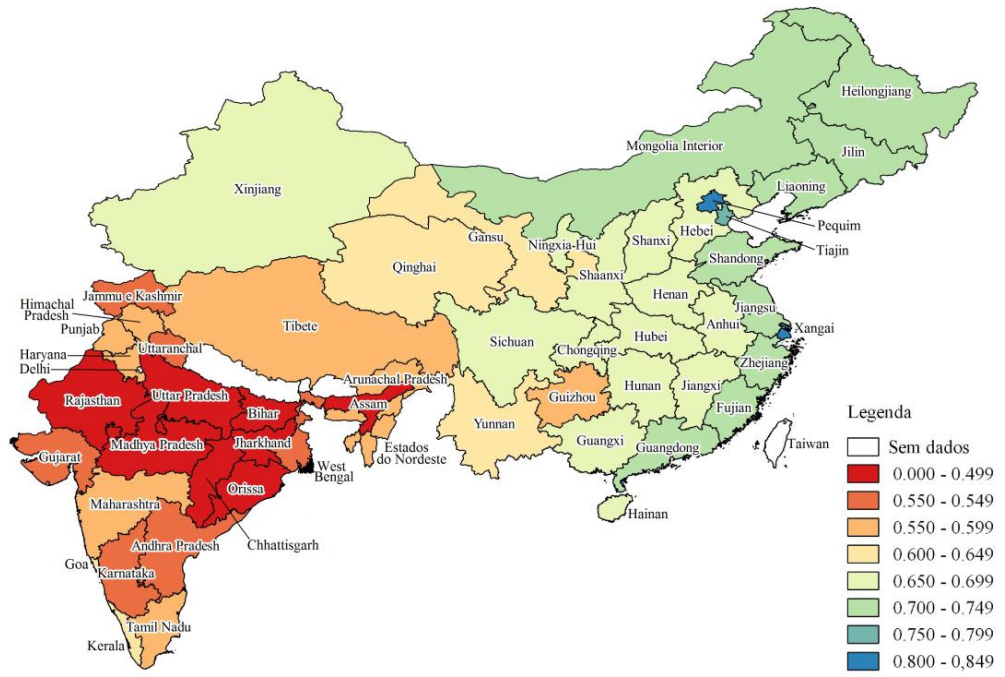


Fonte: Produção própria. Dados obtidos do UNPD (2014)

Adicionalmente, a Indonésia e a Argentina tinham amplitudes do IDH de 0,605-0,735, em 2013, e de 0,773-0,876, em 2009, respetivamente. Mas, e tal como nos poderá induzir a figura anterior, serão as grandes áreas territoriais da China, Índia e Brasil realmente uniformes? Quantos países cabem na China? Ou no Brasil? A Figura 11 e a Figura 12

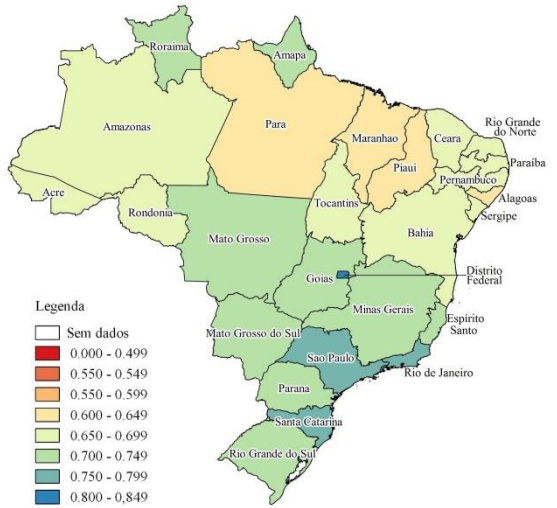
apresentam o mapeamento por províncias e estados da China, Índia e Brasil, reconfigurando, deste modo, a nossa percepção.

Figura 11. Índice de Desenvolvimento Humano na China e na Índia em 2010



Fonte : Produção própria. Dados da China: UNPD (2013a). Dados da Índia: UNPD (2012). **OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES**

Figura 12. Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil em 2010



Fonte: Produção própria. Dados obtidos do sítio electrónico da UNPD Brasil acedido em Dez-2014 : <http://www.pnud.org.br> **OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES**

6 Considerações finais

A importância das unidades de análise, e da forma, reflete-se na percepção do investigador: as desigualdades internas na China estão ao nível das presentes entre os países estudados. Assim, num mapa de IDH com as províncias da China, os estados da Índia e outros países é difícil distinguir onde acabam a China e a Índia, e onde começam o Nepal, o Butão ou o Laos, etc. O mesmo se aplica aos estados do Brasil, na América Latina. O México, a Argentina e a Indonésia são menos heterogéneos (mas, *e.g.*, Timor (oeste) não é tão diferente de Timor-Leste). Ponderando as medidas de desigualdade, tal como proposto por Milanovic, demonstra-se que a Índia é tão relevante quanto a China. Se tal conceito é importante, então, porque não será também a visualização dos indicadores em unidades geográficas menos heterogéneas (como mero exercício académico, não colocando em causa a soberania e unidade dos países), com 20, 100, e até 200 milhões de habitantes, maiores que muitos países?

O estudo careceu de uma análise qualitativa e de indicadores adicionais relevantes: *e.g.*, não se estudaram políticas, nem os rendimentos do trabalho (nem os disponíveis depois de impostos e de redistribuição). Assim, algumas questões ficam em aberto, como, por exemplo, porque se reduziram as desigualdades de PIB na China e porque aumentaram na Índia? Os rendimentos de topo na China continuam a aumentar ou mudaram de tendência, tal como o PIB provincial? Os dois contrabalançam-se?

Referências bibliográficas

- ADB – Asian Development Bank (2012), *Asian Development Outlook 2012*.
- Costa, António F. (2012), *Desigualdades Sociais Contemporâneas*, Lisboa, Mundos Sociais;
- Esping-Andersen, Gøsta (2007), “More inequality and fewer opportunities? Structural determinants and human agency in the dynamics of income distribution”, em David Held e Ayse Kaya (eds.), *Global Inequality*, Cambridge, Polity, pp. 216-251.
- Milanovic, Branko (2012a), *Global income inequality by the numbers: in history and know*, World Bank Policy Research Working Paper 6259.

- Milanovic, Branko (2012b [2011]), *Ter ou não Ter. Uma Breve História da Desigualdade*, Lisboa, Bertrand Editora.
- OCDE (2011), *Divided We Stand. Why Inequality Keeps Rising*.
- Organización Panamericana de la Salud (2013), *Argentina - Indicadores Básicos 2013*.
- Therborn, Göran (2006), “Meaning, mechanisms, patterns, and forces: an introduction”, em Göran Therborn (ed.), *Inequalities of the World. New Theoretical Frameworks, Multiple Empirical Approaches*, London, Verso, pp. 1-58.
- Tilly, Charles (2005), “Historical perspectives on inequality”, em Mary Romero e Eric Margolis (eds.), *The Blackwell Companion to Social Inequalities*, Malden, Blackwell, pp. 15-30.
- UNPD (2012), *Maharashtra Human Development Report 2012*.
- UNPD (2013a), *China National Human Development Report 2013*.
- UNPD (2013b), *Humanity Divided*.
- UNPD (2014), *Human Development Report 2014*.
- Wilkinson, Richard, e Kate Pickett (2011 [2009]), *The Spirit Level. Why Greater Equality Makes Societies Stronger*, New York, Bloomsbury Press.

Outras referências

Banco Mundial: <http://www.worldbank.org/>

Badan Pusat Statistik, Indonesia: <http://www.bps.go.id/>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasil: <http://www.ipeadata.gov.br/>

Nações Unidas: <http://www.undp.org/>

National Bureau of Statistics of China: <http://data.stats.gov.cn/>

The Planning Commission of India: <http://www.data.gov.in>

Como citar este estudo:

Henriques, João Paulo (2015), “Crescimento económico, desenvolvimento humano e desigualdades sociais: análise comparada entre a América Latina e o Sul e Este Asiático”, *Observatório das Desigualdades*, ISCTE-IUL, CIES-IUL.